

**PUBLICAÇÃO**

ISSN: 2527-2470
Vol. 9, N.1 (2025)
(Digital)

SEÇÃO

Relato de Experiência
Recebido: 25/09/2025
Aceito: 31/12/2025

Eloc-ID

v9-e1739

COMO CITAR

BORGES, L. C.; ARAÚJO, J. H. de; MEDEIROS, S. A. de; SANTOS, R. B. dos; BRAZ, F. R. O.; PONTES, M. de M. e; NETO, G. de M. Extensão Universitária e os desafios da Educação do Campo: relato de experiência em comunidades camponesas na região de Catalão – Goiás. *Revista Ação & Sociedade*, (ISSN 2527-2470), v. 9, v9-e1739, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ifgoiano.edu.br/acaoesociedade/article/view/v9-e1739>.

LICENÇA

Copyright © The Author(s). Published by the Instituto Federal Goiano, Brazil. This is an open-access paper distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC BY 4.0).

**Revista Ação & Sociedade**

Revista de Extensão do IF Goiano



Extensão Universitária e os desafios da Educação do Campo: relato de experiência em comunidades camponesas na região de Catalão – Goiás

University Extension and the Challenges of Rural Education: an experience report in peasant communities in the Catalão region – Goiás

Leonardo Cunha Borges ¹, Jurcelio Henrique de Araújo ², Sidineya Aires de Medeiros ³, Ramofly Bicalho dos Santos ⁴, Francielle Rego Oliveira Braz ⁵, Matheus de Mesquita e Pontes ¹, Gabriel de Melo Neto ⁶.

¹Instituto Federal Goiano - Campus Catalão; ²Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde; ³Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos; ⁴Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; ⁵Instituto Federal Goiano - Campus Campos Belos; ⁶Universidade Federal de Catalão.

leocunhaborges@hotmail.com, jurcelio.araujo@ifgoiano.edu.br, sidineyamedeiros@gmail.com, ramofly@gmail.com, francielle.rego@ifgoiano.edu.br, matheus.mesquita@ifgoiano.edu.br, gabriel.neto@ufcat.edu.br (correspondente).

RESUMO

Este relato de experiência apresenta a atuação da extensão universitária como instrumento de fortalecimento da Educação do Campo nas comunidades camponesas da região de Catalão, em Goiás. A metodologia utilizada envolveu pesquisas sobre a execução de atividades participativas, oficinas de agroecologia, rodas de conversa, acompanhamento de projetos comunitários e avaliação contínua das demandas locais. Desse modo, foi possível articular ações de ensino, pesquisa e extensão em um processo dialógico e colaborativo. Os resultados evidenciam que a valorização da cultura camponesa, o fortalecimento da identidade comunitária, o engajamento de jovens em práticas educativas e produtivas, além da formação de lideranças locais, são capazes de promover a cidadania, sustentabilidade e autonomia. A análise demonstra que a extensão universitária ultrapassa ações pontuais, consolidando-se como espaço de aprendizagem mútua, construção coletiva de saberes e transformação social, favorecendo o diálogo entre universidade e comunidade. Observa-se ainda que experiências de extensão bem estruturadas contribuem para a redução das desigualdades sociais, fortalecem as ações dos movimentos sociais e promovem as aplicações das políticas públicas educativas. Conclui-se que a extensão, quando planejada e executada de forma participativa, é capaz de assegurar a permanência dos jovens no campo, promover a inclusão social e integrar saberes acadêmicos e populares.

Palavras-chave: Desigualdades sociais. Movimentos sociais. Práticas de extensão.

ABSTRACT This experience report presents the role of university extension as a tool for strengthening Rural Education in peasant communities in the Catalão region, Goiás. The methodology involved research on the implementation of participatory activities, agroecology workshops, dialogue circles, monitoring of community projects, and continuous assessment of local demands. These efforts enabled the articulation of teaching, research, and extension in a dialogical and collaborative process. The results highlight that valuing peasant culture, strengthening community identity, engaging youth in educational and productive practices, and developing local leadership can foster citizenship, sustainability, and autonomy. The analysis shows that university extension goes beyond isolated actions, establishing itself as a space for mutual learning, collective knowledge construction, and social transformation, promoting dialogue between university and community. Well-structured extension experiences also contribute to reducing social inequalities, strengthening social movements, and advancing the implementation of educational public policies. It is concluded that extension, when planned and carried out in a participatory manner, can ensure youth permanence in rural areas, promote social inclusion, and integrate academic and traditional knowledge.

Keywords: Social inequalities. Social movements. Extension practices.

INTRODUÇÃO: A educação do campo, quando analisada sob a ótica do pensamento de Paulo Freire, revela-se como uma proposta contra-hegemônica, voltada à emancipação dos sujeitos historicamente marginalizados. Freire, ao propor uma pedagogia centrada na realidade concreta dos educandos, defende que o processo educativo deve partir da leitura crítica do mundo, anterior à leitura da palavra, como forma de despertar a consciência crítica e promover a transformação social.

No contexto rural brasileiro, onde o homem do campo resiste em seu território, marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais, a pedagogia “freireana” oferece subsídios teóricos e metodológicos para a construção de uma educação que respeite os saberes populares e valorize a cultura camponesa. A educação do campo, nesse sentido, não pode se desvincular de sua materialidade de origem e constante luta pela terra, pela vida e por uma agricultura que preserve a dignidade humana. Como aponta Caldart (2009), é necessário que essa educação seja específica e diferenciada, capaz de produzir referências culturais e políticas que permitam aos sujeitos sociais intervir em sua realidade.

A concepção freireana atribui à escola o papel de espaço de construção coletiva, no qual o currículo não pode se limitar à reprodução de conteúdos prontos, mas deve incorporar os valores, costumes e culturas dos povos do campo. Essa perspectiva confronta a lógica tradicional de uma educação homogênea e descontextualizada, propondo, em contrapartida, uma formação ancorada nas realidades locais. Como ressalta Molina (2019), o projeto político-pedagógico da escola do campo deve emergir da vivência concreta dos sujeitos, tornando-se instrumento de resistência e de transformação social.

Nesse horizonte, Freire defende que o educador, ao se reconhecer como sujeito de sua prática, assume uma postura crítica e reflexiva, compreendendo que sua formação deve ser permanente e sistematizada, orientada não apenas pelo cotidiano escolar, mas também pela análise da gênese e da historicidade do conhecimento. A prática pedagógica, nesse contexto, deve ser dialógica, problematizadora e libertadora, rompendo com o modelo tradicional de educação “bancária” e promovendo a autonomia dos educandos.

A educação do campo, inspirada na pedagogia do oprimido, assume um papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao reconhecer os camponeses como sujeitos históricos, capazes de transformar sua realidade, a proposta “freireana” reafirma a educação como prática da liberdade, como ação cultural e política voltada à humanização dos sujeitos.

A partir dessa concepção podemos enfatizar que a Educação do Campo constitui-se como uma ferramenta de investigação e ação educacional voltado às especificidades das comunidades camponesas que ainda sobrevivem nos seus territórios, cercados pelas áreas rurais, onde o agronegócio foi gradativamente sendo intensificado e ampliado, visando a exploração dos recursos naturais, focado apenas na obtenção de lucro a qualquer custo, seguindo a lógica das demandas de acumulação, impostas pelas normas de desenvolvimento dos detentores do capital. Assim é justificada uma proposta de aquecimento constante de uma economia baseada na produção de commodities, que não considera os processos de preservação e nem os limites da recuperação dos recursos naturais.

Diante deste contexto, com a constante ampliação em larga escala das áreas cultivadas para abastecer as agroindústrias, os trabalhadores do campo sofreram diversos tipos de retaliação, perseguição e outras ações que promovem o êxodo do homem do campo para as áreas urbanas periféricas. Conforme aponta a Comissão Pastoral da Terra (2023), cerca de 96,4% das ações violentas no campo foram cometidas por latifundiários e empresas do agronegócio, evidenciando que a expansão da fronteira agrícola intensifica os conflitos fundiários e a expulsão das populações camponesas de seus territórios tradicionais.

Esse desenvolvimento do agronegócio foi impulsionado pelo governo federal a partir de 2019 e logo após em 2020, com a crise sanitária da pandemia as condições de vida e trabalho das famílias em seus territórios camponeses foram agravadas significativamente. Antes desses acontecimentos, é importante destacar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) protagonizou diversas mobilizações, como a realizada na região de Carajás, no sudeste do Pará, durante a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária Popular.

Naquela época as ações incluíram ocupações de áreas da mineradora Vale S.A. e bloqueios na Estrada de Ferro Carajás, com o objetivo de pressionar por políticas públicas voltadas à reforma agrária, justiça social e reparações ambientais. Entre as principais reivindicações estão o assentamento de milhares de famílias cadastradas pelo INCRA, a devolução de terras improdutivas, investimentos em moradia, educação e agroecologia, além da criação de um fundo social com recursos da mineração. As mobilizações também resgatam a memória do Massacre de Eldorado dos Carajás, reafirmando a luta histórica por terra e dignidade na Amazônia.

No entanto, a luta pela sobrevivência é resultante dessas ações dos movimentos sociais, diante de uma necessidade urgente de articular e disseminar os saberes locais, promover a formação cidadã do homem camponês, bem como o desenvolvimento sustentável, priorizando os conceitos da agroecologia em busca do fortalecimento da agricultura familiar (Caldart, 2004).

Conforme destacam Arroyo (2012) e Caldart (2004), a Educação do Campo não pode ser tratada como uma mera adaptação do currículo urbano ao contexto

rural; ao contrário, deve responder às demandas históricas, culturais e socioeconômicas das populações camponesas, reconhecendo suas práticas sociais e produtivas como elementos centrais na construção do conhecimento. Nesse sentido, a extensão universitária emerge como instrumento estratégico de articulação entre universidade e comunidade, promovendo processos de ensino-aprendizagem que valorizam a cultura local, fortalecem a identidade comunitária e contribuem para a redução das desigualdades sociais históricas presentes no meio camponês (Freire, 1996).

Isto posto, nota-se que a Educação do Campo, surge em consonância com os princípios da extensão universitária, sendo compreendida como um espaço de construção coletiva de conhecimento, em que a universidade e a comunidade dialogam de maneira horizontal, respeitando e valorizando os saberes locais. A Educação do Campo fundamenta-se em princípios que valorizam o diálogo, a participação e a construção coletiva do conhecimento, reconhecendo os sujeitos do campo como protagonistas de suas próprias histórias e saberes. Nessa perspectiva, o processo educativo não se limita à transmissão de conteúdos, mas constitui-se como prática de liberdade e transformação social. Como afirma Freire (1996, p. 53), “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, ressaltando que o aprendizado emerge da interação e da vivência concreta dos sujeitos em seu contexto histórico e cultural. Assim, a Educação do Campo, inspirada na pedagogia freireana, busca articular os saberes populares e científicos, promovendo uma educação emancipadora, voltada para a leitura crítica da realidade e para a transformação das condições de vida no meio rural.

Essa perspectiva reforça a importância de práticas educativas que não se limitem à mera transmissão de conteúdo acadêmico, mas que promovam a aprendizagem dialógica, permitindo que os sujeitos envolvidos compreendam criticamente sua realidade e atuem para transformá-la. No contexto das comunidades camponesas de Catalão – Goiás, as ações de extensão universitárias são baseadas em oficinas de agroecologia, rodas de conversa e acompanhamento de projetos comunitários exemplificam essa abordagem “freireana”.

Como destaca Freire (1996, p. 60), a educação deve “partir do conhecimento do mundo vivido pelo educando, para que este possa compreendê-lo e transformá-lo”. Essa concepção reforça que o aprendizado se torna significativo quando se articula às experiências, valores e práticas culturais dos sujeitos do campo. Nessa perspectiva, Arroyo (2004) acrescenta que a Educação do Campo deve ser entendida como um projeto político-pedagógico construído coletivamente, enraizado nas lutas sociais e nas condições concretas de vida das comunidades rurais. Assim, as ações de extensão não se limitam à transmissão de saberes acadêmicos, mas promovem a formação de lideranças comunitárias, a valorização da cultura local e o fortalecimento da cidadania, reafirmando o papel emancipador e transformador da educação.

Além disso, a dimensão social da extensão universitária manifesta-se em sua capacidade de reduzir desigualdades e fortalecer os movimentos sociais do campo, articulando teoria e prática na construção do conhecimento. Freire (1996, p. 88) ressalta que “a libertação humana constitui o propósito fundamental de toda educação que se pretende verdadeiramente libertadora”, evidenciando que os processos educativos no meio rural não podem ser neutros. Devem, ao contrário, orientar-se pela emancipação e pela autonomia dos sujeitos, promovendo inclusão social, sustentabilidade e transformação das realidades locais.

Nessa mesma perspectiva, Caldart (2009) destaca que a Educação do Campo deve ser compreendida como um projeto político e pedagógico que nasce das lutas sociais, comprometido com a valorização dos saberes populares e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Diante desse contexto que envolve a Educação do Campo, surge a necessidade de promover o diálogo entre as Universidades e os Institutos Federais e as comunidades camponesas, para facilitar o entendimento das demandas por meio de desenvolvimento de projetos de extensão que visam promover e estruturar os conceitos de agroecologia, pedagogia da alternância e preservação e manutenção cultural dos povos das águas, das florestas, quilombolas, ribeirinhos, indígenas entre outros povos que compõem a diversidade cultural em todo território brasileiro. Esse com certeza pode ser

considerado como um ponto de partida que se constitui como uma estratégia de transformação social, para garantir a emancipação e construção de conhecimento crítico, alinhando-se aos princípios da Educação do Campo e consolidando práticas educativas que respeitam, valorizam e potencializam os saberes locais.

A atuação das instituições de ensino por meio de projetos de extensão precisa ser compreendida não apenas como um conjunto de atividades educativas, mas como um espaço de diálogo de saberes, no qual a produção acadêmica e os saberes populares se entrelaçam em busca de soluções coletivas para problemas sociais concretos. Essa perspectiva dialoga com a concepção “freireana” de educação como prática libertadora, na qual o conhecimento não é transferido verticalmente, mas construído coletivamente, fortalecendo processos de autonomia e participação social (Freire, 1996).

A Educação do Campo configura-se como uma modalidade educativa comprometida com as dimensões social, cultural e produtiva das comunidades rurais, desempenhando papel fundamental na promoção da cidadania, da autonomia e do desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, o processo de aprendizagem ocorre de forma dialógica e colaborativa, superando a mera transmissão de conteúdos. Tal concepção reforça a importância de práticas pedagógicas que integrem o conhecimento acadêmico aos saberes populares, permitindo que os sujeitos compreendam criticamente sua realidade e atuem como protagonistas de sua transformação social.

Nesse contexto, Caldart (2004) destaca que a Educação do Campo deve articular a prática educativa às lutas sociais, reconhecendo os movimentos sociais rurais como atores centrais na construção de políticas públicas e na implementação de ações educativas. Segundo a autora, “A educação popular e a extensão universitária só se tornam efetivas quando reconhecem e dialogam com os saberes e demandas das comunidades, fortalecendo sua autonomia e capacidade de organização” (Caldart, 2004, p. 75). Tal perspectiva evidencia que a universidade, ao atuar no campo, deve posicionar-se como mediadora de processos de aprendizagem que promovam inclusão social, valorização cultural e protagonismo comunitário.

Arroyo (2012) complementa essa visão ao afirmar que a Educação do Campo não pode ser entendida como uma adaptação do currículo urbano, mas como um projeto educativo próprio, capaz de articular ensino, pesquisa e extensão em consonância com a realidade local. Segundo o autor, “A Educação do Campo deve permitir que os jovens e adultos se apropriem criticamente do conhecimento, fortalecendo sua identidade e capacidade de intervenção na comunidade” (Arroyo, 2012, p. 102).

Na região de Catalão – Goiás, as ações de extensão universitária incluem oficinas de agroecologia, rodas de conversa, acompanhamento de projetos produtivos e atividades culturais, articulando saberes tradicionais e acadêmicos. Tais práticas permitem que os jovens permaneçam no campo, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, o fortalecimento de movimentos sociais e a consolidação de estratégias de Educação do Campo que promovem cidadania, sustentabilidade e transformação social.

As oportunidades de desenvolver projetos de extensão universitária no campo configuram-se não apenas como espaço de ensino, mas como ferramenta de emancipação social e construção coletiva do conhecimento, integrando teoria e prática, universidade e comunidade, ciência e cultura local. Essa articulação possibilita a formação de sujeitos críticos e protagonistas, fortalecendo processos educativos que respeitam e valorizam a realidade das comunidades rurais, alinhando-se aos princípios da Educação do Campo e às demandas dos movimentos sociais locais.

A professora Mônica Castagna Molina, atua como docente da Universidade de Brasília (UnB) é referência na área de Educação do Campo, contribui significativamente para a compreensão e implementação dessa modalidade educativa no Brasil.

Em suas obras e pesquisas, Molina destaca a Educação do Campo como um movimento histórico e político, resultado das lutas dos trabalhadores rurais por acesso à educação de qualidade e por políticas públicas que atendam às especificidades do campo. Segundo Molina (2019), “a educação do campo é o resultado da luta dos trabalhadores camponeses no Brasil”, enfatizando que essa modalidade educativa não surge de forma espontânea, mas como resposta às

demandas e necessidades das comunidades camponesas. Ela argumenta que a Educação do Campo deve ser entendida como um projeto político- pedagógico que visa à construção de uma identidade própria, respeitando as culturas, saberes e modos de vida do campo.

Além disso, Molina (2019) ressalta a importância da articulação entre universidade e comunidade na formação de educadores do campo. Ela defende que a universidade deve se comprometer com a realidade do campo, promovendo uma formação que dialogue com as práticas e saberes locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a transformação social das comunidades camponesas.

Em síntese, de acordo com a perspectiva de Mônica Molina (2019), sobre a Educação do Campo destaca a necessidade de uma abordagem que reconheça e valorize as especificidades do campo, promovendo uma educação que seja, ao mesmo tempo, crítica, transformadora e comprometida com as lutas sociais dos trabalhadores camponeses.

METODOLOGIA

Este relato de experiência fundamenta-se em pesquisa documental e bibliográfica, centrada na análise de projetos de extensão universitária desenvolvidos junto às comunidades camponesas do município de Catalão (GO). Tais projetos tiveram como objetivo fortalecer a implementação da Educação do Campo e promover a articulação entre universidade e sociedade, em consonância com os princípios da educação popular e emancipadora.

A abordagem metodológica adotada inspira-se nos pressupostos da pesquisa-ação e da pesquisa qualitativa, por permitirem uma compreensão aprofundada e participativa da realidade investigada. De acordo com Franco (2005, p. 32), “a pesquisa-ação supõe a participação ativa dos envolvidos no processo investigativo”. A pesquisa-ação articula investigação científica e intervenção prática, visando à transformação social por meio da participação ativa dos sujeitos envolvidos. Nessa mesma perspectiva, Thiollent (1985) ressalta que essa metodologia valoriza a experiência dos atores sociais e promove mudanças significativas no contexto estudado.

A pesquisa-ação, portanto, configura-se como estratégia essencial para compreender e transformar realidades sociais, especialmente em contextos educacionais e comunitários. Diferentemente das abordagens tradicionais, que se limitam à observação e descrição, essa metodologia propõe um ciclo contínuo de planejamento, ação, observação e reflexão, permitindo a adaptação das estratégias às demandas concretas do território (Thiollent, 2011).

No contexto da Educação do Campo, essa abordagem se mostra especialmente fecunda, pois viabiliza a articulação entre saberes acadêmicos e saberes populares, instaurando um processo dialógico no qual estudantes, professores e membros das comunidades camponesas assumem o papel de sujeitos ativos na definição de prioridades, na execução das atividades e na avaliação dos resultados (Freire, 1996). Ao envolver os participantes na construção coletiva do conhecimento, a pesquisa-ação potencializa a autonomia e fortalece a identidade comunitária, contribuindo para a consolidação de práticas educativas contextualizadas e orientadas pela sustentabilidade (Molina, 2019). Além disso, a pesquisa-ação se mostra um instrumento valioso para a extensão universitária, ao permitir a integração entre ensino, pesquisa e extensão, ampliando a relevância social das ações acadêmicas e fomentando o diálogo entre universidade e sociedade (Gil, 2008).

As atividades desenvolvidas envolveram a participação dos estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e membros das comunidades camponesas, incluindo agricultores, jovens e lideranças locais. A participação comunitária foi central na definição dos objetivos, estratégias e avaliação das ações, garantindo que o planejamento pedagógico respondesse às necessidades reais do território. Nesse sentido, Molina (2019) compreende a Educação do Campo como um movimento político-pedagógico que articula universidade e comunidade, promovendo a valorização cultural, a autonomia e o protagonismo dos sujeitos do campo.

Para a coleta de dados, foram utilizados, anotações de campo, entrevistas informais e relatos dos participantes. Esses instrumentos permitiram analisar não apenas os resultados das ações educativas, mas também os processos de

interação entre universidade e comunidade, os efeitos das atividades de extensão na aprendizagem e o impacto social das ações desenvolvidas (Gil, 2008).

A análise dos dados foi realizada por meio de triangulação de fontes, permitindo identificar padrões de comportamento, transformações nas práticas comunitárias e indicadores de fortalecimento dos processos educativos e sociais. Essa abordagem crítica e reflexiva está alinhada às contribuições de Arroyo (2012), que defende a articulação entre teoria e prática na Educação do Campo como condição para a construção de um conhecimento crítico e emancipador.

Dessa forma, a metodologia aplicada neste relato evidencia que a extensão universitária no contexto rural ultrapassa a mera transmissão de saberes formais, constituindo-se como espaço de construção coletiva do conhecimento, fortalecimento da identidade comunitária e promoção da transformação social. Ao integrar pesquisa, ensino e extensão, a abordagem metodológica adotada contribui para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o fortalecimento da Educação do Campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Catalão, situado na região Sudeste do estado de Goiás, configura-se como um território de expressiva relevância econômica e social. Sua posição geográfica estratégica, próxima ao Triângulo Mineiro e ao Distrito Federal, favorece a integração logística com importantes centros consumidores e produtivos, o que contribui diretamente para o dinamismo de setores como o agronegócio e a mineração. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população estimada para o município em 2025 é de aproximadamente 120.789 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 3.826,37 km² (IBGE, 2025). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado com base nos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é de 0,766, considerado alto, refletindo avanços significativos nas dimensões de educação, saúde e renda (PNUD, 2010).

A taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos, que alcança 97,37%, evidencia o compromisso com a educação básica, embora persistam desafios relacionados à equidade e à qualidade do ensino, especialmente nas

comunidades camponesas (IBGE, 2025). No setor agrícola, Catalão destaca-se como um dos municípios com maior valor de produção no estado, contribuindo significativamente para o recorde da safra goiana de grãos, que deve atingir 33,7 milhões de toneladas em 2025, conforme levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento e da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás (CONAB; SEAPA, 2025). A soja lidera como principal cultura, seguida por milho, trigo, arroz, feijão, mandioca, café e palmito, além de uma expressiva produção pecuária.

A mineração representa outro eixo fundamental da economia local. Catalão abriga a mina Boa Vista, operada pela CMOC Brasil, responsável por uma parcela significativa da produção nacional de nióbio, além de reservas de fosfato e terras raras como lantânio e neodímio, elementos essenciais para tecnologias avançadas e para a transição energética (CMOC BRASIL, 2025). A sinergia entre mineração e agronegócio é evidente, especialmente na produção de insumos como o fosfato, que beneficia diretamente a agricultura regional. Contudo, é necessário que o desenvolvimento desses setores ocorra de forma sustentável, respeitando o meio ambiente e as comunidades locais, promovendo práticas responsáveis e inclusivas.

No âmbito educacional, as iniciativas de extensão universitária têm proporcionado contribuições significativas às comunidades camponesas da região. Um exemplo disso é o projeto voltado à segurança alimentar e nutricional, realizado pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, em cooperação com o Movimento Camponês Popular. Essa parceria tem favorecido o intercâmbio entre o conhecimento científico e o saber popular, fortalecendo práticas da agricultura familiar e promovendo a cidadania. Atividades como oficinas de agroecologia, rodas de conversa e projetos produtivos consolidam espaços de aprendizagem compartilhada e reflexão crítica, em consonância com os princípios “freireanos” de uma educação dialógica e emancipadora.

Freire (1996), argumenta que a educação deve permitir aos sujeitos compreenderem criticamente sua realidade e desenvolverem a capacidade de transformá-la. Essa perspectiva foi confirmada nos relatos de campo, que evidenciam o fortalecimento da organização coletiva, do protagonismo local e da

valorização dos saberes tradicionais. Molina (2019), complementa essa visão ao afirmar que a Educação do Campo deve articular os saberes locais aos conhecimentos acadêmicos, promovendo autonomia e identidade. As ações extensionistas, nesse sentido, contribuíram para a formação cidadã e para a valorização do modo de vida camponês, especialmente entre os jovens, cujo engajamento nas atividades comunitárias favorecem a sua permanência no campo e a continuidade dos projetos locais (Santos, 2016).

Arroyo (2012) reforça que a Educação do Campo deve dialogar com a realidade dos estudantes, formando sujeitos críticos e comprometidos socialmente. A interação com estudantes universitários ampliou o repertório de práticas produtivas e educativas, fortalecendo redes comunitárias e promovendo a construção coletiva do conhecimento. Os desafios enfrentados, como resistência inicial e limitações de infraestrutura, foram superados por meio de estratégias de mediação e articulação com movimentos sociais. Thiollent (1985) destaca que a pesquisa-ação transforma obstáculos em experiências significativas de aprendizado, o que se confirmou nas práticas extensionistas, que adotaram metodologias participativas e transformadoras.

Em síntese, a integração entre universidade e comunidade, mediada por práticas de extensão alinhadas à Educação do Campo, promove aprendizagens significativas, valorização cultural e fortalecimento da cidadania. Essa abordagem reafirma os princípios de Freire, Molina e Arroyo, evidenciando que a articulação entre teoria e prática é essencial para enfrentar desigualdades e consolidar práticas educativas contextualizadas, comprometidas com a emancipação dos sujeitos e com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

CONCLUSÃO

Este relato de experiência, refere-se ao trabalho de extensão denominado (5º Vivência Agroecológica). Sendo que as atividades foram realizadas no Assentamento Oziel Alves, que está situado aproximadamente 60 km do município de Catalão. As atividades foram realizadas nos dias 20 e 21 de julho de 2024 e foi desenvolvido e promovido pelo Laboratório de Agroecologia e Educação Ambiental da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em parceria

com o curso de Licenciatura em Ciências Naturais do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Catalão. A vivência abordou os temas: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Reforma Agrária, Agroecologia, Educação Ambiental e Educação Popular.

Isto posto, podemos afirmar que essa experiência revelou a complexidade dos territórios camponeses na região de Catalão, Goiás, e destaca o papel estratégico da Educação do Campo na promoção da equidade educacional, do desenvolvimento social e da valorização dos saberes locais. A adoção de currículos contextualizados e a formação docente voltada às especificidades camponesas. Essas ações representam avanços significativos, pois transformam espaços comunitários em ambientes de construção identitária, pertencimento e resistência cultural, conforme os princípios da educação emancipatória (Molina, 2019).

Nas últimas décadas, houve progressos significativos, mas os desafios continuam, e, entre eles temos o fechamento de escolas do campo, restrições orçamentárias e falta de concursos para contratação de professores efetivos, entre outros investimentos, além de ações políticas locais que comprometem a efetividade das políticas públicas e dificultam a permanência dos estudantes a permanecerem em seus territórios (Caldart, 2004).

Arroyo (2004) ressalta que a Educação do Campo exige articulação contínua entre instituições públicas, comunidades e movimentos sociais, o que se confirma nas experiências locais, onde a mobilização comunitária tem sido essencial para superar limitações estruturais.

Outro ponto importante a ser avaliado, é que essas ações de extensão universitária desenvolvidas na região demonstram grande potencial para aproximar a academia das comunidades, fortalecendo práticas pedagógicas contextualizadas e promovendo o desenvolvimento sustentável. Molina (2019), destaca que essas iniciativas contribuem para a autonomia dos sujeitos do campo, promovendo inclusão, valorização cultural e protagonismo social.

Nesse cenário, a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), implantada em 2013 por meio do (Procampo), que é um programa de apoio à Formação Superior em Licenciatura

em Educação do Campo, criado em 2006 pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Este programa emerge como uma iniciativa fundamental para a formação de educadores comprometidos com a realidade das famílias camponesas. Segundo Santos e Silva (2016), programas como o Procampo, junto ao Pronera e ao Pronacampo, representam conquistas significativas, ainda que permeadas por avanços e retrocessos, no reconhecimento do direito dos povos do campo a uma educação diferenciada e de qualidade. O referido curso, possui duração de quatro anos e regime de alternância, proporciona uma formação integrada entre universidade e comunidade, alinhada às demandas locais.

Desde sua criação, a Licenciatura em Educação do Campo tem contribuído para a formação de profissionais que atuam como agentes de transformação nas escolas do campo, valorizando os saberes locais e promovendo a participação ativa das comunidades. A UFCAT, em parceria com o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Catalão (IF Goiano – Campus Catalão), fortalece a Educação do Campo por meio de cursos técnicos e superiores voltados à agroecologia e à agricultura familiar, essenciais para a sustentabilidade das comunidades camponesas (Arroyo, 2002).

Essa parceria entre UFCAT e IF Goiano vai além da coexistência institucional, criando um campo de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que fortalece a formação de lideranças locais e promove a inclusão social. A colaboração entre essas instituições contribui para a valorização da cultura camponesa e consolida um modelo de educação contextualizada e transformadora (Gil, 2008).

A produção acadêmica gerada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC) da UFCAT também evidencia a relevância da LEDOC. Pesquisas como a de Diniz (2022), intitulada "(Des)caminhos para o fortalecimento da licenciatura em educação do campo", apontam os desafios e conquistas dos docentes na consolidação do curso e sua importância para a inclusão dos povos do campo no Ensino Superior.

Essas demandas poderão ser atendidas por meio da integração entre UFCAT e IF Goiano fortalecendo a implementação de políticas públicas voltadas à

Educação do Campo, ampliando o desenvolvimento social e criando novas perspectivas para o ensino superior e técnico na região. Essa articulação transforma Catalão em um território de aprendizagem e desenvolvimento agroecológico sustentável, promovendo a redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da identidade comunitária (Thiollent, 1985).

As ações de extensão universitária abrangem os territórios próximos ao município de Catalão, por meio de trabalhos que incluem oficinas de agroecologia, rodas de conversa, projetos produtivos e atividades culturais, que promovem a apropriação crítica do saber e a formação de lideranças locais. Essas práticas incentivam a permanência dos jovens no campo, articulando cidadania e sustentabilidade socioambiental, conforme os princípios da Educação do Campo (Arroyo, 2002).

Em síntese, este relato de experiência apresenta práticas de extensão universitária desenvolvidas em comunidades camponesas que estão estabelecidas em diversas áreas da zona rural de Catalão. E os resultados evidenciam que seus impactos sociais, educativos e culturais são positivos. Sendo importante destacar que os trabalhos nos territórios camponeses contribuem para a formação de sujeitos críticos, além de promover o fortalecimento dos movimentos sociais, estabelece condições práticas para construir uma educação do campo alinhada aos princípios da agroecologia, da justiça social e o fortalecimento da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. **Educação do campo**: políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2002.
- ARROYO, M. Por um tratamento público da educação do campo. In: ARTICULAÇÃO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional, 2004.
- BRASIL. MINERAL. CMOC BRASIL. **Recorde histórico da CMOC Brasil na produção de nióbio confirma sua posição de destaque global**. 2025. Disponível em: <https://cmocbrasil.com/br/noticia/recorde-historico-da-cmoc-brasil-na-producao-de-niobio-confirma-sua-posicao-de-destaque-global>. Acesso em: 23 set. 2025.
- CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, p. 63–88, 2004. Disponível em:

<https://www.periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3644>. Acesso em: 22 set. 2025.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 5–21, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LizpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2023**: relatório anual. Goiânia: CPT Nacional, 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO; SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE GOIÁS. **Produção agrícola em Goiás**: culturas principais. Goiânia: Companhia Nacional de Abastecimento, 2025. Acesso em: 24 set. 2025.

DINIZ, R. A. S. F. **(Des)caminhos para o fortalecimento da Licenciatura em Educação do Campo**: olhares e vieses dos professores. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC), Universidade Federal de Catalão, Catalão, 2022.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Catalão**: cidades e estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/catalao.html>. Acesso em: 23 set. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agropecuária**: Goiás. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/go>. Acesso em: 23 set. 2025.

SANTOS, R. B. dos; SILVA, M. A. da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 135–144, 2016. DOI: 10.14244/198271991549. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1549>. Acesso em: 23 set. 2025.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.